



Mulheres no Trabalho Informal: Globalizando e Organizando

Série Vida dos Trabalhadores

Outubro 2012

Organizando a Indústria da Paciência:

Perfil de uma Trabalhadora
Doméstica em Maputo,
Moçambique

por **Ruth Castel-Branco**¹

A camarada Albertina Mundlovo é uma líder na luta pela justiça para os trabalhadores domésticos em Maputo, Moçambique. Uma cidade portuária no oceano Índico, muito próxima da África do Sul, Maputo é o maior centro econômico de Moçambique e local de três organizações de trabalhadores domésticos. Albertina é membro do Sindicato Nacional de Trabalhadores Domésticos (SINED).



Albertina deve chegar antes que seu empregador saia para trabalhar. Com medo de chegar atrasada, ela pega o chapa no sentido oposto para depois voltar em direção à cidade.

Todas s manhãs, a camarada Albertina Mundlovo acorda com o nascer do sol, pronta para enfrentar a multidão na paragem de *chapa* (transporte semicoletivo). Com mais de um milhão de habitantes, Maputo tem um crescimento vertiginoso. A expansão urbana, o aumento nos congestionamentos e um sistema de transporte público inadequado transformam em uma difícil batalha o transporte diário dos subúrbios, onde mora a classe trabalhadora de Maputo, para o centro da cidade.

Como a maioria dos trabalhadores domésticos, Albertina deve chegar antes que seu empregador saia para trabalhar. Com medo de chegar atrasada, ela pega o *chapa* no sentido oposto para depois voltar em direção à cidade. “Acabo por pagar duas vezes”, explica ela. “Mas se esperasse por uma rota direta, nunca conseguiria entrar. Há mulheres que morreram lutando por um lugar”. Os empregadores costumam fingir que não sabem da crise do transporte, argumenta ela. “Talvez seja porque eles assistem notícias na TV Cabo para fugir da realidade do nosso país”.

A viagem de Hulene até o bairro de Polana, onde ela trabalha, leva 45 minutos. Coberta por uma *capulana* para se proteger contra o frio da manhã, ela aguarda fora da casa até 7h30, quando seu empregador permite que entre na casa. Com exceção do guarda ocasional varrendo o chão ou o trabalhador municipal coletando o lixo do dia anterior, as ruas permanecem sob total silêncio. Quando nasce o sol e as luzes dos apartamentos se acendem, Albertina está lá para cumprimentar a cidade que desperta.



Vista da Avenida Eduardo Mondlane, em Maputo. O centro de Maputo, com filas de prédios residências, possui dezenas de milhares de trabalhadores domésticos.

¹ Ruth Castel-Branco é uma pesquisadora e sindicalista moçambicana que atualmente trabalha na Universidade de KwaZulu-Natal, na África do Sul. Este artigo tem como inspiração seu trabalho de campo de mestrado, que explorou a formalização do trabalho doméstico em Maputo, Moçambique. Para entrar em contato com ela: ruthcastelbranco@gmail.com. Todas as fotos foram tiradas por Ruth Castel-Branco.



6h30 de uma manhã de segunda-feira, as trabalhadoras domésticas aguardam na paragem de chapa do Museo, no bairro exclusivo da Polana, em Maputo.

Albertina é uma entre pelo menos 37 mil trabalhadores domésticos que trabalham na capital de Moçambique ou em suas cercanias (INE 2007). Tratam-se de jovens e idosos, residentes urbanos e migrantes rurais, graduados da escola secundaria e analfabetos, mulheres e homens - mas, em sua maioria, mulheres. Eles trabalham nas casas de milionários e trabalhadores que recebem salário mínimo, moçambicanos e estrangeiros, e em bairros de alto rendimento e nos subúrbios onde mora a classe trabalhadora. Com raízes no período colonial, o trabalho doméstico tornou-se numa marca da vida urbana em Moçambique.

Durante o período colonial português, o trabalho doméstico era altamente regulamentado, mas sem nenhuma proteção. Após a independência, em 1975, a regulamentação do setor deixou de existir, mas os trabalhadores domésticos não foram incluídos no novo regime de trabalho que entrou em vigor.

No entanto, o número de trabalhadores domésticos em Maputo continuou a crescer à medida que refugiados chegaram à cidade durante a guerra civil (1976-92); o sistema de atendimento público se desintegrou com a implementação dos programas de ajuste estrutural do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial; e os cortes de despesa em massa que ocorreram após a privatização de indústrias estatais empurrou os trabalhadores do setor formal para o informal. Estimativas sugerem que, atualmente, mais de 80% dos residentes de Maputo dependem do setor informal para sobreviver. O trabalho doméstico é a segunda ocupação mais importante para as mulheres da cidade.

Albertina é uma entre pelo menos 37 mil trabalhadores domésticos que trabalham na capital de Moçambique ou em suas cercanias. Tratam-se de jovens e idosos, residentes urbanos e migrantes rurais, graduados da escola secundaria e analfabetos, mulheres e homens - mas, em sua maioria, mulheres.



Albertina Mundlovo prova o almoço que está preparando.

Em 1990, seu marido faleceu. Como é comum, seus três jovens filhos foram morar com a família de seu marido. Ela tinha duas opções: casar-se com um dos irmãos de seu falecido marido e viver com seus filhos, ou sustentar a si própria.

Albertina nem sempre foi uma trabalhadora doméstica. Vinda de Marracuene, ela chegou a Maputo durante o período colonial para concluir seus estudos, mudando-se para uma residência nacionalizada no centro da cidade após a independência. Em 1977, ela se inscreveu no exército moçambicano e foi promovida a comandante de pelotão antes de casar e ser desmobilizada.

Em 1990, seu marido faleceu. Como é comum, seus três jovens filhos foram morar com a família de seu marido. Ela tinha duas opções: casar-se com um dos irmãos de seu falecido marido e viver com seus filhos, ou sustentar a si própria. Influenciada por seu tempo no exército, Albertina, que sempre havia sido bastante independente, escolheu a segunda opção. “Não estava disposta a me baixar a outra pessoa e me fazer inferior”.

Primeiro, ela tentou sua sorte na fabricação de carvão - uma profissão tradicionalmente masculina. Depois, tornou-se comerciante na paragem local de *machimbombo* (autocarro), onde os mineiros migrantes, que aguardavam escoltas que os levassem até a fronteira com a África do Sul durante a guerra civil, estavam dispostos a comprar de tudo.

Posteriormente, Albertina acabou casando novamente e voltou a morar em Maputo. Contudo, ela se recusou a ficar em casa. Trabalhou numa lancheonete, mas

teve de parar quando contraiu malária. Então, começou um pequeno negocio de pilar milho. Ela acordava de manhã, pilava milho o dia todo, e o vendia aos vizinhos à noite. Era um bom negocio, mas uma hemorragia grave a forçou a adotar um trabalho que exigisse menos esforço. Após recuperar-se da cirurgia, sua irmã, que era trabalhadora doméstica, arranjou para Albertina um trabalho na casa de um estrangeiro que tinha acabado de mudar-se para o país.

Apelidada de “indústria da paciência” pelos trabalhadores domésticos, ela tem como característica os salários baixos, muitas horas de trabalho e horários rigorosos, tarefas humilhantes, más condições de segurança e sanidade no trabalho e a vulnerabilidade a maus tratos. Albertina acha isso paradoxal dado a intimidade entre empregados e empregadores que é característica nesta atividade.

“Somos os pilares das suas residências. Protegemos as suas coisas, suas famílias e até mesmo o dinheiro que deixam por ai. Criei uma criança desde que nasceu até os dez anos de idade”, lembra-se Albertina. Contudo, mesmo sendo como uma segunda mãe para crianças, ela diz que os trabalhadores domésticos não são respeitados. “Temos o mesmo sangue correndo em nossas veias, mas somos tratados como uma outra espécie”.

Até há pouco, os trabalhadores domésticos moçambicanos eram excluídos das proteções laborais. Em 2008, a Assembléia da Republica de Moçambique emendou a Lei de Trabalho através do Decreto 40/2008, estendendo proteções laborais aos trabalhadores domésticos. Para Albertina, esse foi um importante primeiro passo rumo à melhoria das condições de trabalho. “Éramos tratados como invisíveis, neutros. Sabíamos que existíamos, mas o governo não nos reconhecia. O estado tratava nosso trabalho como trabalho voluntário e, assim, sentiam que não precisavam de nos fornecer qualquer proteção laboral”.

Enquadrado em termos de direitos e deveres, os trabalhadores domésticos agora têm o direito a um contrato, horários definidos, intervalos, um dia de fim de semana, férias anuais remuneradas, segurança social e assistência médica

“Somos os pilares das suas residências. Protegemos as suas coisas, suas famílias e até mesmo o dinheiro que deixam por ai. Criei uma criança desde que nasceu até os dez anos de idade”, lembra-se Albertina.



Os membros do SINED no Dia Internacional dos Trabalhadores Domésticos, 16 de junho de 2012, exigem que o governo moçambicano ratifique a Convenção 189.

A aprovação do *Decreto 40/2008* reflete um crescente reconhecimento por parte de sindicatos, legisladores e acadêmicos das contribuições feitas pelos trabalhadores domésticos ao lar e à economia de modo geral.

e medicamentosa em caso de acidente de trabalho ou doença profissional. Por sua vez, eles têm o dever de ser pontuais, obedientes, higiênicos, leais e manter boas relações com outros trabalhadores, visitantes e terceiros.

A aprovação do *Decreto 40/2008* reflete um crescente reconhecimento por parte de sindicatos, legisladores e acadêmicos das contribuições feitas pelos trabalhadores domésticos ao lar e à economia de modo geral. De acordo com a Assembleia da República, “o trabalho doméstico é um setor de alta importância em Moçambique, com relação ao número de empregos incluídos nesse setor, além das implicações sociais e econômicas” (Boletim da República 2008: 2). Para um movimento laboral que vem enfraquecendo, este setor em crescimento é a mais nova frente de organização.

Atualmente, há três organizações em Maputo que representam os trabalhadores domésticos: a *Associação de Empregados Domésticos de Moçambique*; *Associação das Mulheres Empregadas Domésticas*; e o *Sindicato Nacional de Empregados Domésticos*. Todas as três organizações são afiliadas ao movimento laboral.



Luisa Nhabanga, Secretária Executiva do Conselho Nacional de Jovens Trabalhadores Domésticos do SINED, com Albertina Mundlovo, com o póster da Campanha 12 x 12 por trás. A Campanha 12 x 12 luta por 12 ratificações da Convenção 189 até o fim de 2012.



A liderança do SINED educa os trabalhadores domésticos acerca de seus direitos. (Esquerda para a direita) Secretário de Relações Internacionais, Francisco Sambo; Secretário de Organização, Pedro Saela; Secretário Geral, Maria Joaquim.

Um fato marcante é que o *Decreto 40/2008* não inclui um salário mínimo. Dado que os rendimentos de empregadores variam muito, a Assembleia da República argumenta que um salário mínimo afetaria a capacidade de garantir o atendimento de crianças e idosos, assim como resultaria em despedimentos em massa. Alguns argumentam que ela poderia até reduzir os salários: “Temos alguns colegas que recebem Mts¹ 3000, Mts 4000 e até mesmo Mts 5000, e duvido que o salário mínimo seria mais do que Mts 2000”, especula Luisa Matsinhe, a Secretária Geral da AEDOMO. “Um salário mínimo vai incentivar empregadores a demitir os trabalhadores atuais e contratar novos empregados a um salario mais baixo”.

Contudo, o Sindicato Nacional de Trabalhadores Domésticos (SINED) argumenta que um salário mínimo é necessário, devido aos salários extremamente baixos do setor.

Albertina afirma que, na prática, o *Decreto 40/2008* não teve qualquer impacto sobre suas condições de trabalho. O estado não fez nada para educar os trabalhadores domésticos, empregadores e autoridades governamentais acerca de seus direitos e responsabilidades. Pelo contrário, ele tem dependido de sindicatos e associações de trabalhadores com recursos bastante limitados para desempenhar este papel. Além disso, os meios de execução são inadequados. A Comissão de Mediação e Arbitragem Laboral (COMAL) oferece um processo extrajudicial acessível e relativamente rápido para a mediação de conflitos. Contudo, se os empregadores não agem conforme as decisões, ou caso um impasse seja declarado no estágio de mediação, é bastante difícil responsabilizá-los. As tramitações em tribunais de trabalho são lentas e caras. Embora assistência legal pública esteja disponível para trabalhadores, os atendimentos são bastante desiguais na prática.

Albertina foi recrutada para o SINED pela sua vizinha logo após de ele ser formalizado em 2008. Baseado no subúrbio de Urbanização, os membros do SI-

Albertina afirma que, na prática, o *Decreto 40/2008* não teve qualquer impacto sobre suas condições de trabalho. O estado não fez nada para educar os trabalhadores domésticos, empregadores e autoridades governamentais acerca de seus direitos e responsabilidades. Pelo contrário, ele tem dependido de sindicatos e associações de trabalhadores com recursos bastante limitados para desempenhar este papel.

² Mts: abreviação para a moeda Moçambicana; 1 Mts = USD 0,0349; 3000 Mts. = USD 104,70, com base em uma taxa de conversão média de mercado em 18 de setembro de 2012 (fonte: www.xe.com).

“Alguns trabalhadores recusam a falar conosco”, acrescenta Luisa Nhabanga, Secretária Executiva do SINED no Conselho Nacional de Jovens Trabalhadores Domésticos. “Só quando tem um problema é que eles nos procuram. Eu honestamente entendo a situação.

NED inicialmente se reuniam na igreja Sal do Mundo antes de afiliar-se à OTM e mudar-se para a federação. Em 2012, o sindicato tinha 2.035 membros.

O SINED tem três pilares principais de trabalho. O primeiro é o recrutamento de membros. Três vezes por semana, faça chuva ou faça sol, os organizadores do SINED abordam os trabalhadores domésticos na paragem de *chapa*. “Manter uma presença constante é muito importante”, explica Celia Mucambe, a Secretária Executiva do SINED para a província e cidade de Maputo. “Não se trata de apenas recrutar membros, mas de também ajudar os trabalhadores domésticos a lidar com seus problemas no trabalho. Isso os leva a confiar no sindicato”.

Sindicatos concorrendo uns com os outros e organizações laborais fraudulentas tornaram alguns trabalhadores domésticos céticos em relação aos sindicatos. “Alguns trabalhadores recusam a falar conosco”, acrescenta Luisa Nhabanga, Secretária Executiva do SINED no Conselho Nacional de Jovens Trabalhadores Domésticos. “Só quando tem um problema é que eles nos procuram. Eu honestamente entendo a situação. Desde que começamos a nossa mobilização pública, o recrutamento ficou mais fácil, já que eles percebem que somos sérios”.

Após se afiliarem, os trabalhadores domésticos recebem do sindicato um documento de identificação. O documento de identidade também ajuda a legitimar o sindicato.



Membros do SINED exibem os seus documentos de identificação do sindicato. Paragem de Chapa, Museu, Maputo.

Os membros do SINED pagam cotas mensais equivalentes a 1% de seus salários. Sem acesso às folhas de pagamento, o sindicato tem que confiar nas declarações salariais feitas pelos próprios trabalhadores. Contudo, a estrutura de cotas cria um incentivo para que os membros relatem salários inferiores aos salários reais. Além disso, sem a capacidade de dedução automática das cotas, o SINED tem dificuldade em coletar as cotas de seus membros. “Algumas pessoas se afiliam e depois desaparecem”, observa o camarada Francisco Sambo, a Secretário do SINED para Relações Internacionais. E isso apresenta desafios para a estabilidade e sustentabilidade financeira do sindicato - um desafio comum entre as organizações de trabalhadores em geral.

Membros com as cotas em dia podem ter acesso aos serviços de mediação do sindicato gratuitamente. Aqueles que não são membros devem pagar 15% da taxa de acordo. A ênfase do SINED recai sobre a conciliação, e não no confronto.

“Ninguém ganha se um trabalhador doméstico é demitido”, explica Sambo. “Então, primeiro estimulamos os trabalhadores a pensar sobre maneiras de reduzir a gravidade do conflito através da comunicação individual com empregador”. Caso isso não funcione, os empregadores são convocados a comparecer ao sindicato. “Falamos com um tom calmo, tentamos entender o ponto de vista do empregador e fazer lembrar ambas as partes da longa história que têm juntas”, acrescenta Sambo. Apenas uma pequena fração de casos é encaminhada ao COMAL.

O último pilar de trabalho realizado pelo SINED é a mobilização. O SINED depende muito de líderes como Albertina para ajudar a organizar suas ações. “É necessário ser um membro ativo”, defende Albertina. “Queremos que este sindicato avance, cresça... Do Rovuma ao Maputo. Vários dos nossos colegas realmente estão a sofrer e não têm aonde ir, não sabem que há um sindicato”.

Albertina tem uma lista de coisas que deseja melhorar. Em primeiro lugar e mais importante: aumentos salariais. “São os baixos salários que nos matam”, afirma ela. Os salários variam bastante em Maputo, com alguns trabalhadores domésticos ganhando tão pouco quanto Mts 500 (menos de USD 20) por mês, enquanto outros recebem até Mts 8000 (quase USD 300). Embora Albertina tenha um salário bem acima da média, ela quase não consegue pagar as contas. Ela paga Mts 2000 mensais de renda de casa, Mts 500 de *xitique* (uma associação de poupança coletiva), Mts 250 de eletricidade, Mt 680 por uma garrafa de gás e Mts 200 por água, o que a deixa com muito pouco para alimentação, transporte e outras despesas. “É um milagre que eu consigo pagar todas as minhas contas”, reflete Albertina, “Sem o *xitique*, não conseguiria fazê-lo”. Com seis pessoas em seu *xitique*, cada seis meses um membro recebe Mts 3000.

Em segundo lugar na sua lista de melhorias está um horário menos rigoroso. Albertina trabalha oito horas por dia, mas vários de seus colegas ultrapassam as nove horas definidas pelo *Decreto 40/2008*. À medida que cada vez mais mulheres entram na força de trabalho e as instalações de assistência pública se deterioram, os lares dependem cada vez mais dos trabalhadores domésticos para realizar suas funções reprodutoras. Um colega, lembra Albertina, teve de trabalhar até às 21h porque sua empregadora, uma mãe solteira, estava na escola noturna e não tinha ninguém para cuidar de seu filho.

Em terceiro lugar, intervalos. “O meu patrão diz que tenho direito a um intervalo de 30 minutos, mas é impossível utilizá-lo por causa da intensidade do trabalho. Se tiver tempo, descanso no canto por alguns minutos porque fico

“O meu patrão diz que tenho direito a um intervalo de 30 minutos, mas é impossível utilizá-lo por causa da intensidade do trabalho. Se tiver tempo, descanso no canto por alguns minutos porque fico com tonturas... Se estou a descansar, o meu patrão aparece e começa a madar-me. Ele diz uma coisa, mas faz outra”.



Secretário do SINED para Relações Internacionais, o camarada Francisco Sambo.

“Quando fiquei doente, meu empregador permitiu que ficasse um tempo fora do trabalho para ir ao hospital, mas disse que teria de voltar ao trabalho depois. Evidentemente ele não me tratou como se estivesse doente, mas não o desafiei diretamente. Em vez disso, fingi que fiquei confusa e fui diretamente para casa”.

com tonturas... Se estou a descansar, o meu patrão aparece e começa a madar-me. Ele diz uma coisa, mas faz outra”.

Os intervalos para o almoço são especialmente problemáticos, já que, em várias residências, os trabalhadores domésticos não têm permissão para comer os mesmos alimentos que o empregador. Sem tempo para cozinhar suas próprias refeições, vários empregados trabalham desde o início da manhã até o fim da noite sem qualquer alimentação. “Até um telefone precisa recarregar”, afirma Albertina.

Quarto: descanso remunerado. Embora exigido pelo *Decreto 40/2008*, Albertina tem que negociar os dias de enfermidade remunerados, “Quando fiquei doente, meu empregador permitiu que ficasse um tempo fora do trabalho para ir ao hospital, mas disse que teria de voltar ao trabalho depois. Evidentemente ele não me tratou como se estivesse doente, mas não o desafiei diretamente. Em vez disso, fingi que fiquei confusa e fui diretamente para casa”. Negociar ausências remuneradas é especialmente difícil para emergências inesperadas como doença, funerais ou outras ocasiões familiares, “Por exemplo, se seu pai morre hoje e, depois de duas semanas, morre outro parente, seu empregador não vai deixar ir ao funeral. Ele vai dizer, ‘Como é que os seus familiares estão sempre a morrer? Um dia vai ser você mesmo’”.

Quinto, melhorias nas condições de saúde e segurança ocupacionais, instrumentos de trabalho adequados e compensação para acidentes em locais de trabalho. “Trabalho carne e ossos, absorvendo substâncias tóxicas”, afirma Albertina. “Quando o patrão fumiga ou pinta a casa, ele vai viajar ou fica num hotel, mas espera que eu trabalhe. Então, fico doente, tenho de ir ao hospital e não tenho dinheiro para pagar”. Além de equipamentos de segurança, como máscaras e luvas, Albertina argumenta que os trabalhadores domésticos deveriam receber os instrumentos adequados para realizar as tarefas necessárias. Por exemplo, seu empregador gosta que suas roupas sejam lavadas à mão. O apartamento tem um tanque para lavar roupa, mas tem uma fuga de água. Apesar de várias solicitações, seu empregador ainda não consertou o problema, o que força Albertina a lavar as roupas em baldes de plástico. Horas agachada, com água fria batendo em seus pés, pioraram um problema já existente com seu útero.

E por fim, Albertina destaca a importância de um contrato por escrito. De acordo com o *Decreto 40/2008*, os trabalhadores domésticos têm direito a um contrato. Contudo, o contrato pode ser verbal. Durante conflitos, um contrato verbal não vale nada, o que acaba por colocar o ônus da prova sobre o trabalhador doméstico. Isso significa que o *Decreto 40/2008* não leva em consideração a relação desigual de poder entre o empregador e o empregado. O trabalho doméstico é extremamente precário e os trabalhadores são demitidos com facilidade. Um contrato assinado, argumenta Albertina, esclareceria os termos do vínculo de trabalho, formalizaria a relação trabalhista e delimitaria os procedimentos disciplinares.

A aprovação do *Decreto 40/2008* coincidiu com o ressurgimento global de interesse na ampliação das proteções trabalhistas a este setor historicamente marginalizado. Uma campanha contínua, liderada por trabalhadores domésticos de todo o mundo, culminou na adoção, em 2011, pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), da Convenção 189 sobre Trabalho Decente para Trabalhadoras e Trabalhadores Domésticos. Em Moçambique, como em países de todo o mundo, as organizações de trabalhadores domésticos estão atualmente a pressionar seus governos para ratificar a C189

Albertina Mundlovo reconhece que não será fácil garantir melhorias nas condições de trabalho. Por fim, ela argumenta, apenas os próprios trabalhadores domésticos podem transformar as relações entre empregadores e empregados.

“Eles (empregadores) não têm qualquer problema com a maneira como as coisas são. Precisamos ser fortes e lutar pacificamente. Vitórias requerem sacrifício, pessoas morreram pelo 1º de maio”, afirma ela, em referência ao Dia Internacional do Trabalho.

Quando o stress de negociar as condições de trabalho toma conta dos trabalhadores domésticos, muitos preferem deixar o empregador. No entanto, não é isso que Albertina aconselha. “Você não tem qualquer garantia de que seu próximo empregador será melhor do que seu último, e arrisca entrar num ciclo muito instável. Sempre digo que não devemos ter medo do empregador, eles não são animais, você deve ser respeitado e exigir respeito”.

Albertina não acredita que a transformação das condições de trabalho ocorrerá de um dia para o outro. A maioria dos empregadores ainda não reconhecem os direitos dos trabalhadores domésticos. Embora Albertina destaque a importância de uma comunicação aberta, ela também reconhece que os empregadores possuem plenipotência para recusar o diálogo, algumas vezes de forma violenta.

“Trabalho carne e ossos, absorvendo substâncias tóxicas”, afirma Albertina. “Quando o patrão fumiga ou pinta a casa, ele vai viajar ou fica num hotel, mas espera que eu trabalhe. Então, fico doente, tenho de ir ao hospital e não tenho dinheiro para pagar”.

Empregadores dispostos podem prometer melhorias nas condições de trabalho, mas na ausência de uma regulamentação governamental adequada, trata-se de uma escolha, em vez de uma obrigação, e as promessas costumam não ser cumpridas. Os trabalhadores domésticos caminham sobre uma linha muito tênue ao exigir acesso a seus direitos, e a preocupação com a segurança no trabalho costuma falar mais alto na "indústria da paciência".

Com a experiência, a própria Albertina conseguiu negociar melhores condições de trabalho através do cultivo de um bom relacionamento com seu empregador e da comunicação em particular.

"Escolha um dia no qual você percebe que seu empregador está calmo e explique seu problema", recomenda ela. "É provável que ele peça desculpas, mas caso tente justificar suas ações e elevar a si próprio, você precisará se curvar, já que ele não consegue aceitar que vocês são iguais. É necessário ter paciência".

Empregadores dispostos podem prometer melhorias nas condições de trabalho, mas na ausência de uma regulamentação governamental adequada, trata-se de uma escolha, em vez de uma obrigação, e as promessas costumam não ser cumpridas. Os trabalhadores domésticos caminham sobre uma linha muito tênue ao exigir acesso a seus direitos, e a preocupação com a segurança no trabalho costuma falar mais alto na "indústria da paciência". No entanto, Albertina tem esperança de que, lentamente, as condições irão melhorar.



Referências

Boletim da República. 2008. *Decreto No. 40/2008: Regulamento do Trabalho Doméstico*. I Série, Número 48. Maputo, República de Moçambique.

INE. 2007. *III General Population Census, 2007*. Maputo: Instituto Nacional de Estatística.

Sobre a WIEGO: Mulheres no Trabalho Informal: Globalizando e Organizando é uma rede global de pesquisa-ação-políticas que busca melhorar as condições de vida e trabalho dos trabalhadores pobres, especialmente mulheres, na economia informal. WIEGO tem como membros afiliados: organizações de base dos trabalhadores informais, pesquisadores e estatísticos que trabalham sobre a economia informal, e profissionais de agência de desenvolvimento com interesse nesta temática. Para mais informações veja www.wiego.org.